

Notícias Sindicais, 01/07/14

Diap, 01/07/14

Segue para sanção projeto que permite acelerar processos trabalhistas

Segue para sanção presidencial projeto de lei que visa garantir maior celeridade aos processos na Justiça do Trabalho. O PLC 63/13, do deputado Valtenir Pereira (Pros-MT), foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no início deste mês e, como não houve recurso, não precisará ser votado em plenário.

De acordo com a proposta, o ministro relator do processo no Tribunal Superior do Trabalho (TST) poderá negar seguimento ao recurso de embargos caso este seja inadequado – por exemplo, se a decisão questionada seguir jurisprudência do próprio TST ou do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Essa é uma matéria a favor do trabalhador e da agilidade da Justiça”, disse o relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), durante a votação na CCJ.

O texto também obriga os tribunais regionais do Trabalho (TRT) a uniformizar sua jurisprudência e aplicar o mecanismo de resolução de demandas repetitivas.

Com isso, divergências entre turmas de um mesmo TRT, poderão ser uniformizadas no âmbito do próprio tribunal regional e sem prejuízo da uniformização da jurisprudência em nível nacional, que continua a cargo do TST.

Além disso, pelo texto aprovado, será permitida a concessão de efeito modificativo aos embargos somente quando a omissão do acórdão recorrido for suficiente, por si só, para ensejar a sua reforma. (Fonte: *Agência Senado*)

Portal da CUT

CUT e centrais conquistam espaço na Câmara para análise de projetos de interesse da classe trabalhadora

27/06/2014

Comissão de Constituição e Justiça criará subcomissão responsável por acompanhar cerca de 180 projetos

Escrito por: William Pedreira

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Vicente Candido (PT-SP), instala na próxima quarta (2) uma subcomissão voltada especificamente à análise de projetos de interesse da classe trabalhadora.

A partir de um levantamento feito pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) com apoio das centrais sindicais constatou-se a existência de cerca de 180 matérias relacionadas à classe trabalhadora que tramitam na CCJ.

Graça Costa, secretária de Relações do Trabalho da CUT, avalia que esta subcomissão abre caminho para que outras Comissões estabeleçam espaços semelhantes. “Foi uma das maiores vitórias da classe trabalhadora neste último período. Vai ter um grupo de deputados que tomará posse na quarta e ficará responsável pelo levantamento e acompanhamento dos projetos. Será uma grande oportunidade para possamos obter avanços concretos”, disse. Graça ressaltou também que o presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputado federal Amauri Teixeira (PT-BA), já sinalizou positivamente pela criação de uma subcomissão com o mesmo propósito.

De acordo com a dirigente da CUT, entre os projetos de maior relevância e urgência estão à redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, a manutenção da política de valorização do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda, o fim do fator previdenciário e a igualdade de oportunidades para homens e mulheres.

A constituição desta subcomissão é um desmembramento da agenda de lutas da 8ª Marcha da Classe Trabalhadora realizada em abril. “Logo após a Marcha solicitamos ao Congresso Nacional um posicionamento sobre a nossa pauta. Começamos a fazer o debate na CCJ da Câmara e o presidente desta Comissão acolheu a ideia que tivéssemos uma agenda positiva da classe trabalhadora na Câmara”, informou Graça, recordando que algumas pautas gerais como a votação e aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), da PEC do Trabalho Escravo e do Piso dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias só foram possíveis devido ao esforço concentrado e a mobilização permanente da classe trabalhadora.

Portal da CUT

Metalúrgicos do Ceará encerram campanha salarial com ganhos acima da inflação

30/06/2014

Mobilizações realizadas durante toda a Campanha Salarial garantiram avanços econômicos e sociais para cerca de 10 mil metalúrgicos em todo o Estado

Escrito por: Sindicato dos Metalúrgicos do Ceará

Os metalúrgicos do Ceará encerraram a Campanha Salarial 2014 em assembleia realizada no último dia 20 de junho. Com data-base em maio, os trabalhadores e trabalhadoras apresentaram suas reivindicações e defenderam reajustes que dignificassem sua mão de obra. Após seis rodadas de negociações, avanços nos percentuais e nas cláusulas sociais foram conquistados.

RESULTADO

As mobilizações realizadas durante toda a Campanha Salarial resultaram em ganhos acima da inflação e beneficiam para cerca de 10 mil metalúrgicos em todo o Estado.

Piso salarial e PR (Participação nos Resultados): R\$790,81 e Reajuste de 7% (para quem recebe cima do Piso da categoria).

CAMINHADA

Os metalúrgicos de base participaram ativamente das atividades realizadas durante toda a Campanha, como a caminhada realizada dia 30 de abril pelas ruas da capital cearense. Os expedientes de várias empresas foram afetados, já que os(as) trabalhadores(as) perceberam a importância deles (as) na luta, cruzaram os braços e seguiram firmes na caminhada que teve como tema "Metalúrgicos da CUT pela Redução da Jornada de Trabalho, já". Este movimento contribuiu para o bom resultado final das negociações.

Para o membro da coordenação geral do sindicato e vice-presidente da CUT Ceará, Wil Pereira, é importante a participação dos trabalhadores de base junto às atividades promovidas pelo Sindmetal. "É gratificante ver esse número expressivo de trabalhadores(as) nas ruas em busca de trabalho decente, de mais qualidade de vida. A redução da jornada de 44 para 40 horas semanais trará esses benefícios para a classe operária do nosso país. Temos que levantar as bandeiras da nossa Central, como a reforma agrária, 10% do PIB para a educação, igualdade de oportunidades, reforma do sistema político, o fim do fator previdenciário e muitas outras", ressaltou.

Portal da CUT

Justiça do Trabalho reconhece legalidade da greve dos trabalhadores da Cagepa

30/06/2014

Decisão negou o corte de ponto e pedido da Cagepa para a paralisação do movimento paredista

Escrito por: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba - Stiupb

Na manhã do último domingo (29), o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba (Stiupb) recebeu uma liminar da Justiça do Trabalho que exige a manutenção do trabalho de 50% dos empregados da Cagepa para garantir a MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS INDISPENSÁVEIS A COMUNIDADE.

A liminar foi concedida depois do pedido da Cagepa que exigiu da Justiça o corte do ponto dos dias de greve, assim como o fim imediato do movimento grevista. O despacho dado pelo Desembargador do Trabalho, Dr. Leonardo José Videres Trajano, no entanto, NEGOU O PEDIDO DE CORTE DE PONTO e reconheceu a legalidade de nossa GREVE, conforme o DIREITO CONSTITUCIONAL DA GREVE, como também negou o pedido da Cagepa para a paralisação do movimento paredista.

Assim, nossa GREVE tem seu RECONHECIMENTO LEGAL e o comando de greve aponta para a realização de assembleias gerais em todas as regionais para que possamos avaliar a Greve e deliberar acerca da decisão judicial.

Repudiamos mais uma vez as práticas anti-sindicais da Cagepa e esperamos que, com essa decisão judicial, seja respeitado o nosso DIREITO DE GREVE e que, ao invés de tentar enfraquecê-la com o corte do ponto, a Cagepa reconheça a força dessa categoria e retome a rodada de negociação que garanta avanços para todos os cagepianos.

Nos próximos dias o Stiupb estará com sua equipe jurídica dedicada exclusivamente na solução desse impasse, na tentativa de reverter essa liminar, entendendo com a mais firme certeza de que a força dessa categoria em luta será capaz de vencer mais uma batalha.

A hora é de fortalecer ainda mais o nosso movimento. Com força, determinação e coragem alcançaremos nossos objetivos. Avante companheiros!

Só conquista quem luta!

Portal Mundo Sindical

Demissão no fim do semestre requer atenção dos professores

As escolas têm até um dia antes do início das férias para comunicar a demissão, sendo o aviso-prévio obrigatoriamente indenizado. Ao descumprir tal prazo, as instituições passam a arcar com as penalidades da Garantia Semestral de Salários, prevista nas convenções coletivas em vigor.

As homologações de todos os professores demitidos com mais de um ano na instituição de ensino devem, obrigatoriamente, ser feitas no SINPRO-SP. A escola precisa fazer o agendamento prévio.

No momento da homologação, o Sindicato faz conferência das verbas rescisórias e dá todos os esclarecimentos para as dúvidas dos professores.

Os docentes com tempo menor de casa fazem a homologação na própria escola, mas podem, em qualquer momento, procurar o Sindicato para fazer a conferência das verbas rescisórias e checar se tudo foi feito corretamente.

Fonte: Sinpro SP - 30/06/2014

Portal Mundo Sindical

Demissões na Abril preocupam o Sindicato de São Paulo

A direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) informou que acompanha com preocupação a nova onda de demissões que assola o Grupo Abril. No último dia 18, a empresa anunciou uma nova etapa do processo de "reestruturação da Abril Mídia" e cortou 105 trabalhadores da área administrativa.

Até o momento, por enquanto, não foram demitidos jornalistas, ao contrário do ocorrido no ano passado, quando diversos títulos foram fechados e 71 repórteres, redatores, editores e fotógrafos tiveram seus contratos de trabalho rescindidos.

Na carta divulgada pelo presidente da empresa, Fábio Barbosa, além de anunciar o corte de 105 trabalhadores da área administrativa, o argumento é de a reestruturação tem o intuito de "equilibrar receitas e despesas e abrir frentes de inovação nas plataformas digitais, sem negligenciar as fontes de receitas tradicionais".

No entanto, no comunicado, o dirigente empresarial deixa claro que se trata de um "processo de reestruturação contínuo", o que, é sempre motivo de preocupação para os trabalhadores de todos os setores da empresa, sejam eles jornalistas, gráficos, publicitários, administrativos, entre outros.

Fonte: O Jornalista - 30/06/2014

Diap, 01/07/14

Congresso: semana com atividades será encerrada com jogo do Brasil

Esta semana Câmara e Senado voltam a realizar sessões deliberativas para avançar nas pautas pendentes antes do início do recesso parlamentar.

Com a realização da Copa do Mundo de Futebol, convenções partidárias e feriados, o ritmo de trabalhos nas duas casas legislativas está desacelerado. Contudo, é possível que matérias importantes sejam objeto de deliberação nos próximos dias.

Na terça-feira (1º), às 16h, a Câmara vai realizar sessão ordinária para votação da PEC do orçamento impositivo das emendas parlamentares (PEC 358/13) e do projeto que torna lei o programa Cultura Viva (PL 757/11). Em seguida, haverá duas sessões extraordinárias para análise de diversas propostas.

Mais cedo, às 14h30, haverá reunião do Colégio de Líderes para definir a pauta da semana, especialmente das sessões extraordinárias.

Câmara

A Câmara pode concluir, esta semana, a votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição que trata do Orçamento Impositivo. A proposta, de autoria do Senado, obriga a União a executar as emendas parlamentares no montante de até 1,2% da receita corrente líquida. Outro item que consta da pauta é o projeto de lei (PL 1.481/07) que permite a utilização dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust) para a massificação da banda larga.

Agenda dos trabalhadores na CCJ

Nesta quarta-feira (2), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados instala uma subcomissão especial para analisar aproximadamente 180 projetos de interesse dos trabalhadores. O deputado Assis Melo (PCdoB-RS) deve presidir o colegiado. Para Assis Melo, a instalação do colegiado é mais uma oportunidade para a Casa avançar nos debates sobre os direitos dos trabalhadores.

Balança comercial

Na terça-feira, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior divulga o resultado da balança comercial de junho. No acumulado do mês até o dia 22, o saldo está positivo em US\$ 2,148 bilhões. No acumulado do ano, o déficit ficou em US\$ 2,707 bilhões, com exportações totalizando US\$ 104,424 bilhões e importações somando US\$ 107,131 bilhões.

Registro de candidaturas

Os partidos políticos têm até o dia 5 de julho para registrar seus candidatos na Justiça Eleitoral. A Lei 9.504/97 prevê substituição de candidaturas. Segundo o artigo 13, é facultado ao partido ou coligação substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo do registro ou que tiver seu registro indeferido ou cancelado. Tanto nas eleições majoritárias como nas proporcionais, a substituição só se efetivará se o novo pedido for apresentado até 20 dias antes do pleito, exceto em caso de falecimento, quando a substituição poderá ser efetivada após esse prazo.

Propaganda eleitoral

Conforme a Lei Eleitoral (9.504/97), a propaganda partidária, exceto no rádio e na TV, começa no domingo 6. A propaganda em rádio e TV começa no dia 19 de agosto.

Convenções partidárias

Termina nesta segunda-feira (30) o prazo para os partidos políticos com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizarem convenções para a escolha de candidatos e definição de coligações para as Eleições Gerais de 2014. As regras estão previstas na Lei das Eleições (Lei 9.504/1997).

As convenções partidárias de caráter não eleitoral ocorrem a qualquer tempo. Já as convenções para a escolha de candidatos e a formação de coligações devem ocorrer de 10 a 30 de junho do ano da eleição, de acordo com o artigo 8º da Lei 9.504.

Para as eleições deste ano, serão escolhidos durante as convenções os candidatos aos cargos de presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador, senador e respectivos suplentes, deputado federal e deputado estadual/distrital.

Participação Social

Nesta terça-feira (1º), às 14h, a Liderança do PCdoB e representantes de movimentos sociais promovem ato público em defesa do Plano Nacional de Participação Social (Decreto 8.243/14). O evento será no Hall da Taquigrafia.

LDO

A Comissão Mista de Orçamento pode votar o relatório preliminar da LDO nesta terça (1º), às 14h30. A reunião será no plenário 2 da Câmara Federal.

Conselho de Ética

Esta semana, o Conselho de Ética da Câmara faz a oitiva do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), testemunha em processo contra o deputado André Vargas (sem partido-PR). A reunião será no plenário 11 da Câmara Federal, a partir das 15h.

TSE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, convocou para terça-feira (1º) a sessão de encerramento do primeiro semestre forense na Corte. A sessão será realizada às 12h, no plenário do Tribunal.

A sessão de abertura do segundo semestre forense de 2014 ocorrerá no dia 1º de agosto, no plenário do TSE, também às 12h. (*Com Arko Advice*)

Veja, a seguir, a previsão dos principais acontecimentos políticos desta semana:

Segunda-feira (30)

- Ponto facultativo, em virtude da realização de jogo da Copa do Mundo em Brasília.
- Presidente Dilma Rousseff participa de eventos no estado do Rio de Janeiro.
- Ministro da Fazenda, Guido Mantega, se reúne com representantes da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e pode anunciar prorrogação do desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis.
- Ex-presidente Lula participa da convenção do PMDB do Pará, que lançará o nome de Helder Barbalho (PMDB) para concorrer ao governo do estado e do petista Paulo Rocha, ao Senado.
- PSDB anuncia o vice de Aécio Neves na disputa pela Presidência da República.
- Ex-presidente Lula se reúne com representantes da Força Sindical para discutir apoio à reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT).
- Reunião da executiva nacional do PR para decidir quem o partido apoiará na eleição presidencial.
- Último dia para a realização de convenções partidárias para escolha de candidatos e definição de coligações para disputar as eleições de outubro.
- Tesouro Nacional divulga o relatório mensal da dívida pública de maio.
- Banco Central divulga o resultado do superávit primário do governo em maio.
- Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulga o Termômetro da Sociedade Brasileira, que mede a evolução do sentimento do brasileiro com relação à satisfação com a vida e ao medo do desemprego.
- Organização dos Estados Americanos (OEA) faz reunião especial, em Washington, para discutir reestruturação da dívida da Argentina.

Terça-feira (1º)

- Presidente Dilma Rousseff anuncia a liberação de R\$ 1 bilhão para produtoras de audiovisual interessados em projetos para documentários, seriados e ficções.
- Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, fala na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, a partir das 10 horas, sobre as diretrizes, a implementação e perspectivas da política monetária.
- Ministério do Desenvolvimento divulga o saldo da balança comercial em junho.
- Entra em vigor o reajuste de 4,729% para o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros autorizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).
- Sessão solene fará homenagem ao centenário do cientista Mário Schenberg. Será no Plenário Ulysses Guimarães, da Câmara Federal, às 9h30.
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara realiza audiência pública para debater os resultados e a perspectiva do Plano Brasil Agroecológico. Foram convidados, entre outros, o presidente da Embrapa, Mauricio Antonio Lopes; e o secretário-executivo da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Selvino Heck. No plenário 6 da Casa, às 14h30.
- Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara faz audiência pública sobre o fornecimento de hemocomponentes e hemoderivados em clínicas e hospitais. Foram convidados, entre outros, a coordenadora geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde, Maria de Fátima Pombo Montoril; e o gerente de Planejamento e Projetos da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, José Gaspar Nayme Novelli. No plenário 7 da Casa, às 14h30.
- Comissão Mista sobre a MP 641/14, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, aprecia o relatório do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). A reunião será na sala 6 da ala Nilo Coelho, no Senado.
- Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado ouve o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre política monetária. Na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, às 10h.
- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado sabatina Emmanoel Campelo de Souza Pereira indicado para recondução ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2014-2016. Na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, às 10h.
- Reunião, às 14h30, da Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição. Serão analisados os pareceres sobre as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 302/14, que dispõe sobre a regulamentação do trabalho doméstico e ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 432/13, que dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde seja realizado trabalho escravo. Na sala 15 da Ala Senado Alexandre Costa.

Quarta-feira (2)

- Prevista divulgação de pesquisa Datafolha sobre sucessão presidencial e avaliação do governo.
- CPI da Petrobras no Senado ouve Magda Chambriard, diretora da Agência Nacional de Petróleo (ANP).
- Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga irregularidades na Petrobras deve analisar, às 14 horas, 388 requerimentos dos parlamentares.
- Sessão solene, às 9h30, no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara Federal, lembrará os dez anos de falecimento de Leonel Brizola.
- Lançamento, após a sessão solene, no Hall da Taquigrafia, da exposição "Brizola: tempos de luta!".
- Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara fará a instalação da Subcomissão Especial da Classe Trabalhadora. No plenário 1 da Casa, às 9h30.
- Conselho de Ética e Decoro Parlamentar faz a oitiva de Leonardo Meirelles e Esdras Ferreira, testemunhas no processo contra o deputado André Vargas (PT-PR). Em plenário a definir, às 10h.
- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara realiza audiência pública para debater a exportação de serviços de engenharia no Brasil. Foram convidados, entre outros, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges Lemos; o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Carlos Bicalho Cozendey; e o diretor Internacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva. No plenário 3 da Casa, às 11h.
- Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara faz a oitiva, por meio de videoconferência, do doleiro Alberto Youssef, testemunha nos processos contra os deputados André Vargas (PT-PR) e Luiz Argôlo (SD-BA). No plenário 11 da Casa, às 14h.

- Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara realiza audiência pública para debater eventual violação dos direitos humanos na construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu. No plenário 9 da Casa, às 14h.

- Comissão especial do Estatuto da Família (PL 6.583/13) realiza audiência pública sobre o casamento civil e a união estável como núcleo familiar. Foram convidados o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, João Ricardo dos Santos Costa; e a presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família do DF, Ana Louzada. Em seguida, haverá votação de requerimentos. Em local a definir, às 14h30.

- Comissão especial sobre a repressão ao tráfico de pessoas (PL 7.370/14) faz audiência pública para debate técnico sobre o PL 7.370/14 e apensados. Foram convidados, entre outros, o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Guilherme Calmon; o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Luiz Moreira Gomes Júnior; e o juiz de Direito da Vara de Infância e Juventude (SP) Paulo Roberto Fadigas. Em local a definir, às 14h30.

- Comissão de Turismo da Câmara promove audiência pública para debater o turismo praticado nos parques nacionais e os seus principais problemas. Foram convidados, entre outros, o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Roberto Ricardo Vizentin; e o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura, Douglas Simões. No plenário 5 da Casa, às 15h.

- Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras do Senado ouve a diretora da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Magda Chambriard. Na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às 10h15.

- Audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar. Na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, às 14h.

- Encerra hoje o prazo de matrícula dos convocados na segunda chamada do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), edição do segundo semestre.

- IBGE divulga Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Brasil, referente ao mês de maio.

Quinta-feira (3)

- Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara faz audiência pública sobre os impactos sociais sobre a folha da Previdência Social e sobre as despesas do SUS dos acidentes de trabalho no Brasil e na Bahia. Foram convidados representantes dos ministérios da Previdência Social; da Saúde; do Trabalho; do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); e do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho do Estado da Bahia. No plenário 7 da Casa, às 9h30.

Sexta-feira (4)

- Seleção brasileira de futebol disputa jogo pelas quartas de final da Copa do Mundo, em Fortaleza, às 17h, enfrentando a seleção da Colômbia.

Sábado (5)

- Data limite para os registros dos candidatos, pelos partidos ou coligações.

Domingo (6)

- Início da propaganda eleitoral.

Portal da CUT

São Paulo: Volume útil do Sistema Cantareira pode chegar a zero antes do fim da Copa

30/06/2014

Relatório indica que, se as chuvas não vierem, depois de 8 de julho os reservatórios que compõem o Cantareira passarão a receber apenas o chamado volume morto, que só resistirá a outros 100 dias
Escrito por: Rede Brasil Atual

Estudo apresentado na quinta-feira (26) pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ) indica que o volume útil do Sistema Cantareira – que abastece grande parte da região metropolitana de São Paulo, inclusive a capital, além da região de Campinas e Piracicaba, chegará a zero entre os dias 7 e 8 de julho, ainda antes do final da Copa do Mundo.

A partir desta data, diz o relatório, a falta de chuva fará com que todo o sistema passe a operar exclusivamente com o chamado volume morto, que, por sua vez, deve ser suficiente para, no máximo, mais 100 dias de abastecimento.

Pesquisador da Unicamp e consultor do consórcio, Antônio Carlos Zuffo explicou, ao apresentar o estudo, que dos quatro reservatórios que compõem o sistema, dois (o Jaguari e o Jacaré) já estão captando o volume morto, que é lançado nos outros dois reservatórios (Cachoeira e Atibainha) para mantê-los com volume positivo. “Porém, daqui a 10 dias, os reservatórios que ainda não recorreram diretamente à reserva só terão em sua capacidade água vinda deste recurso, ou seja, a água que em condições normais é utilizada para o abastecimento já terá se esgotado.”

"Isso indica o perigo de desabastecimento. Caminhamos a passos largos para o desabastecimento, estamos em plena crise, não dá para negar", completou. Para o especialista, desde o fim do ano passado deveria ter sido implementado um sistema de rodízio ou racionamento para evitar o esgotamento do recurso.

Solidariedade

O PCJ apresentou também uma proposta de captação e distribuição de água baseada em um modelo utilizado em estados do Nordeste em tempos de escassez. Segundo o modelo, deve haver um revezamento entre os setores industrial, urbano e agrícola, de forma a evitar um pico de consumo em um mesmo período.

"É um modelo baseado na solidariedade. O organismo gestor participa, mas a própria comunidade executa e compartilha as ações. É preciso sensibilizar os usuários para que a água não falte para ninguém.", explicou o secretário Executivo do Consórcio PCJ, Francisco Lahoz.

Para que seja executado, o plano deve ter a adesão total dos usuários – municípios, indústrias e produtores agrícolas que têm autorização para fazer captação dos rios que compõem o sistema. Segundo o secretário, embora o Sistema Cantareira abasteça a Grande São Paulo, e as regiões de Campinas e Piracicaba, em caso de desabastecimento, as duas cidades do interior sentiriam mais os reflexos porque a capital possui mais de um sistema para o abastecimento. "Na Grande São Paulo, 30% do consumo depende do Cantareira. Aqui na região, só temos o Cantareira, e os nossos lençóis freáticos já estão baixos", explicou.

Com reportagens do Portal de Paulínia e da FSP

Organizado por Ernesto Germano